

O papel da distribuição de capacidades na radicalização do conflito Irã – Israel: um estudo a partir da teoria da transição de poder

The Role of Capability Distribution in the Radicalization of the Iran-Israel Conflict: A Study Based on Power Transition Theory

Rev. Bras. Est. Def. v. 13, e026009, 2026, p. 1–29
ISSN 2358-3932

HELENA SETTEN PEDRONETTI

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar as recentes tensões militares entre a República Islâmica do Irã e o Estado de Israel a partir das perspectivas teórica e metodológica da Teoria da Transição de Poder. Considerando-se a distribuição de recursos econômicos e militares entre os dois países enquanto fator determinante na intensidade dos conflitos Teerã – Tel-Aviv, busca-se identificar os elementos constitutivos das capacidades bélicas e econômicas dos Estados e analisar as transformações em sua transformação desde o momento em que o Irã inicia sua reconstrução militar, nos anos 1990, até o início da década vigente.

As tensões entre os dois países são analisadas segundo a lógica da Teoria de Transição de Poder, partindo da posição de que a junção entre distribuição de capacidades e incompatibilidade de interesses é central para a identificação de focos de conflito entre Estados. Considera-se a gradual concentração regional de poder no Oriente Médio, observada por Schmidt (2020) e Santini (2017). Neste processo, a postura das potências locais vis-a-vis seus pares transforma-se gradualmente, de uma manutenção de conflitos de baixa intensidade para a crescente hostilidade direta. Seguindo o argumento de Morrow (1996) e Kugler e Werner (1996), consideram-se as recentes escaladas militares na região, em especial no par estratégico

Helena Setten Pedronetti é mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (MG). Pesquisadora de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Orcid.org/0009-0001-3468-029X. E-mail: helasettp@gmail.com.

Irã – Israel, como consequência de uma transformação da distribuição de capacidades nacionais favorável a Teerã, que inicia os anos 1990 em uma posição de fraqueza. A partir desta transformação na distribuição de poder, torna-se mais provável a escalada militar de tensões entre os dois Estados.

Tal argumento tem como base a lógica da Transição de Poder, de que a paridade de recursos entre Estados representa um incentivo direto para a militarização de disputas interestatais. Este incentivo se deve ao fato de que ambos os beligerantes possuem os meios necessários para vencer um conflito hipotético. Para a parte antes predominante, o início de um conflito segue a lógica da guerra preventiva, um ataque contra um alvo atualmente vulnerável antes que este se torne uma ameaça maior. Já para o Estado ascendente relativa, a guerra representaria uma forma de acelerar e tornar irreversível sua ascensão vis-a-vis seus oponentes (Organski e Kugler 1989; Rauch 2017).

A TTP é aqui apresentada como teoria distinta, porém em diálogo com o campo realista, uma vez que ambas se debruçam sobre os fatores determinantes dos conflitos interestatais. Assim, o presente artigo considera as análises de DiCicco e Levi (2003), Rauch (2018) e DiCicco (2017) acerca da diferenciação entre estes dois campos teóricos. Os desenvolvimentos metodológicos da TTP, desde os trabalhos de Organski e Kugler (1989), Kugler e Werner (1996) e Danilovic (1996) às pesquisas mais recentes de Neves (2020) e Lind (2024) são utilizados como base para a seleção dos indicadores militares e econômicos por meio dos quais busca-se abordar a distribuição de capacidades no par estratégico Irã – Israel. Assim, o artigo se inicia com a apresentação do campo teórico da TTP, a partir do diálogo com o campo realista, passando para a análise dos dois elementos considerados centrais pelos teóricos da Transição de Poder: os interesses dos Estados em disputa e a evolução da distribuição entre eles; feitas estas análises, apresentam-se as considerações finais acerca da evolução da dinâmica securitária entre Teerã e Tel-Aviv e seu futuro próximo.

PERSPECTIVA TEÓRICA

A perspectiva da Transição de Poder

A Teoria da Transição de Poder é formalizada inicialmente por Organski (1968), em sua obra *World Politics*, em décadas seguintes, teóricos do campo da TTP debruçaram-se sobre questões centrais do campo das Relações Internacionais, como os determinantes do poder nacional (Organski e Kugler 1989; Rauch 2017; Neves 2020) e o papel das disputas regionais (Lemke 2002; Efird et al. 2003). O desenvolvimento do campo

demandou, como indicam DiCicco e Levi (2003) e Rauch (2018), um esforço concreto de diferenciação e debate com o campo realista das Relações Internacionais, visando a delimitar perspectivas teóricas próprias e refinar os métodos de cálculo de poder sugeridos por autores como Organski (1968), German (1960) e Organski e Kugler (1989).

Em seus textos de análise acerca da evolução do campo da TTP, Kugler e Lemke (1996), DiCicco e Levi (2003) e Tammen et al. (2017) coincidem quanto a três pontos centrais de diferenciação entre este e o campo realista: a estrutura do Sistema Internacional, a esfera em que os Estados constroem seu poder e os contextos que oferecem maior probabilidade de eclosão de conflitos bélicos. Apesar destes pontos de desacordo teórico, ambas as perspectivas teóricas voltam-se, de forma central, para as disputas interestatais, tendo como objeto central os dilemas securitários próprios de um Sistema Internacional marcado pela disputa constante pelo poder e no qual a opção pelo uso da força mantém-se aberta.

O elemento estrutural, primeiro ponto de divergência entre teóricos realistas e da transição de poder, é posto como elemento central dos estudos das Relações Internacionais por Waltz (2002), a estrutura representaria a variável em torno da qual todo o campo de pesquisa deveria se organizar, seguindo a lógica de que as pressões sistêmicas são as principais condicionantes das ações estatais. A distribuição de poder, seguindo tal lógica, poderia variar em configurações unipolares, bipolares ou multipolares, mas enquanto a estrutura geral do sistema se mantiver estática, o comportamento dos Estados continuará seguindo padrões similares.

Segundo o campo realista, tal estrutura tem como seu elemento central a anarquia, ou seja, a ausência de autoridades acima dos Estados. Sem autoridades supra-estatais, as relações internacionais ocorreriam segundo uma lógica de autopreservação, sem proteção contra seus pares, cada Estado buscaria garantir sua própria sobrevivência, agindo de forma racional para adquirir o poder necessário para sua segurança. A busca por poder se daria no contexto da política externa, com a busca pela aquisição de territórios, o envolvimento em guerras e a formação de alianças sendo os principais mecanismos por meio dos quais cada agente buscaria garantir sua sobrevivência (Waltz 2002; Rauch 2018).

O comportamento dos Estados dentro de um Sistema Internacional anárquico também surge como ponto de debate entre autores do campo realista, a partir da lógica da Balança de Poder. Para Waltz (2002), uma vez que a estrutura sistêmica incentiva a busca pela sobrevivência, e não pelo poder em si, cada Estado iria buscar os recursos de poder necessários para sua defesa, não indo além de tais limites por temer possíveis reações de seus pares. Em oposição à tal lógica, Mearsheimer (2003) delinea sua

teoria da maximização de poder, em que as grandes potências iriam além da garantia da mera sobrevivência, buscando primeiro a hegemonia local e, em seguida, a liderança global. Por fim, Labs (1997) apresenta uma visão dos Estados como agentes essencialmente oportunistas, agindo de forma defensiva quando cercados por oponentes igualmente fortes e observados por potências estrangeiras dispostas a punir políticas expansionistas e buscando a maximização de poder quando seus oponentes se encontram enfraquecidos e o restante do sistema não se mostra disposto a retaliar contra a agressão externa.

Para os teóricos da transição de poder, porém, o Sistema Internacional apresenta uma estrutura essencialmente hierárquica, marcada pela distribuição desigual do desenvolvimento industrial e seus benefícios. Este é o argumento básico de Organski (1968) em *World Politics*, reiterado por Organski e Kugler (1989), Lemke (2002), Shiffrinson (2018) e Bartoletti (2022). A partir do ponto de inflexão histórica representado pela Revolução Industrial em meados do século XVIII, a esfera internacional foi reorganizada em benefício dos Estados pioneiros da industrialização. A hierarquia industrial seria, porém, instável e passível de alteração a partir da difusão tecnológica, com o desenvolvimento interno de novos Estados possibilitando a estes uma oportunidade de questionar as normas vigentes de sua época e, possivelmente, firmar-se enquanto força internacional hegemônica.

É partindo da sua visão acerca da estrutura do Sistema Internacional que a TTP formula seu segundo diferencial: o foco no desenvolvimento interno enquanto determinante da posição internacional dos Estados. Se, para realistas como Labs (1997) e Mearsheimer (2003), a arena de construção de poder é o próprio Sistema Internacional, por meio da aquisição de novos territórios, da eliminação de oponentes militares e, quando necessário, da formação de alianças, a TTP altera o foco para o papel da industrialização como determinante da posição global de um Estado. As versões mais recentes deste argumento, apresentadas por Neves (2020) e Bartoletti (2022) destacam fatores como a capacidade de internalização de novas tecnologias e da construção de infraestrutura logística civil-militar enquanto bases para a expansão de poder dos Estados.

O desenvolvimento industrial, sugerem Organski e Kugler (1989), permitiria um salto qualitativo nas capacidades estatais, devido tanto às vantagens tecnológicas sob oponentes menos desenvolvidos quanto à maior disponibilidade de potenciais recrutas para os aparatos burocráticos e militares de projeção externa, uma vez que parcelas cada vez maiores da população são retiradas da subsistência agrícola. De forma similar, Bartoletti (2022) destaca o papel da infraestrutura industrial, dos portos, aeroportos e ferrovias, enquanto ferramentas de expansão e aceleração das capaci-

dades de mobilização militar de um Estado, trazendo como exemplos os casos russo e prussiano, nos quais a eventual construção de malhas ferroviárias nacionais permitiu o salto de potências locais da Europa Central para potências de alcance continental.

Por fim, tem-se o debate quanto ao momento de eclosão dos conflitos internacionais. O argumento tradicional da Balança de Poder sugere que o equilíbrio de forças apresenta condições favoráveis para a paz, uma vez que nenhum Estado, em um sistema anárquico marcado pela incerteza acerca do futuro, arriscaria sua sobrevivência política em uma guerra contra um par igualmente forte, temendo uma possível derrota (Waltz 2002). Em uma perspectiva de Transição de Poder, porém, consideram-se dois tipos básicos de Estado para análise, aqueles cujo poder relativo está em ascensão e aqueles em declínio, as tendências de fortalecimento e enfraquecimento relativos agiriam para criar um cenário em que a paridade entre as partes criaria um cenário ideal para a radicalização de tensões entre as partes (Rauch 2018).

A paridade, segundo Kugler e Lerner (1996), apresenta os Estados conflitantes com um cenário em que ambas as partes seriam capazes de vencer um conflito bélico, com um beligerante ascendente desejoso de provar suas novas capacidades militares e um beligerante decadente temeroso de seu futuro caso não seja capaz de conter os avanços de seu rival imediato. Em um cenário de clara preponderância de uma das partes, por outro lado, o Estado mais fraco aceitaria realizar concessões consideráveis ao mais forte, visando a evitar um conflito em que a vitória é sabidamente impossível (Rauch 2017). Assim, a TTP inverte a lógica tradicional da Balança de Poder, com base em sua interpretação do Sistema Internacional como espaço hierárquico, no qual a ausência de fruto deriva da preponderância militar e econômica de um Estado hegemônico. Tal lógica se manifesta tanto no nível global quanto regional, com lideranças globais e locais impondo seus interesses sob Estados mais fracos (Lemke 2002).

No caso específico do Oriente Médio, a análise de Lemke (2002) se assemelha à de Buzan e Wæver (2003) em seus estudos acerca das dinâmicas de segurança regional. Em ambos os trabalhos, identificam-se três grandes focos de conflito regional: no Golfo Pérsico, na Palestina e no Cáucaso, ao lado de uma multipolaridade regional duradoura, fruto da presença de diversos Estados locais com acesso a grandes volumes de recursos primários, populações numericamente significativas e forças bélicas numerosas. Os trabalhos recentes de Santini (2017) e Schmidt (2020) apontam, ao longo dos anos 1990 e das primeiras duas décadas do século XXI, uma tendência de concentração de poder na região. O colapso iraquiano após as guerras de 1991 e 2003 contra os EUA, ao lado da desestabilização do Egito e o

colapso da Síria após a Primavera Árabe reduziram o número de Estados locais capazes de projetar-se regionalmente em busca da liderança local.

A redução dos concorrentes à hegemonia regional não altera a centralidade dos principais focos de conflito, mantendo-se, como identificado por Buzan e Wæver (2003) e Lemke (2002), no Golfo Pérsico e em torno de Israel e sua tentativa de colonização da Palestina ao longo do Líbano e de partes dos demais países vizinhos. Nesse sentido, o envolvimento histórico do Irã pós-Revolução Islâmica teve como foco sua consolidação enquanto hegemonia regional não só através da derrota de um de seus principais concorrentes à posição, mas também como forma de conquistar para si a posição de vencedor daquele que historicamente torna-se o polo de conflito de maior relevância político-ideológica da região (Bahgat 2021; Kam 2021).

Para Israel, por outro lado, a capacidade de coagir Teerã a abrir mão das políticas de modernização militar e projeção externa adotadas a partir do fim da Guerra Irã – Iraque (1980-1988) permitiria tanto a eliminação de uma ameaça externa, assim como do principal financiador externo dos demais oponentes locais de Tel-Aviv, mas também confirmaria para os demais Estados da região a supremacia militar israelense, sobre a qual toda a estratégia de dissuasão do país foi construída após a Guerra do Yom Kippur (1973) (Bar 2020). Dada a centralidade dos conceitos de dissuasão e coerção para ambos os membros do par estratégico em questão, faz-se necessário definir a ambos e compreender como estes são impactados em contextos de transição de poder

Coerção, dissuasão e transições de poder

A coerção militar trata do uso da força de forma a infligir danos a um Estado alvo, visando a alterar seu comportamento. Ligada à invenção do poder aéreo durante a Primeira Guerra Mundial, a coerção militar pressupõe uma superioridade militar por parte do agente coator, que deve, idealmente, ser capaz de atacar o alvo sem medo de retaliações. Assim, Pape (1996) associa as campanhas de coerção militar às campanhas dos EUA contra Estados pequenos ou que sofreram derrotas militares consideráveis antes do início das campanhas coercivas. Para o Estado coator, a suposta vantagem da coerção estaria na capacidade de alterar o comportamento de seu alvo sem a necessidade de uma invasão ao seu território, economicamente mais custosa e possivelmente inviável por motivos geográficos e logísticos. Considera-se neste trabalho a coerção militar como uma forma de uso diplomático da força possível em momentos de clara preponderância de poder por parte de um Estado sobre outro.

O conceito de dissuasão é popularizado durante a Guerra Fria, visando a compreender o papel dos armamentos nucleares nas relações entre as duas superpotências. Segundo Schelling (2008), o principal objetivo da dissuasão seria, em essência, disciplinar um Estado alvo, impedindo que este agisse de forma indesejada, ou encorajando comportamentos desejáveis, por meio da ameaça de aniquilação nuclear ou de respostas militares convencionais devastadoras. A dissuasão, então, é eficaz justamente na medida em que não precisa ser utilizada, funcionando como ameaça, explícita ou implícita, cuja mera lembrança seria suficiente para alterar o comportamento de um alvo. Embora o não-uso das ferramentas dissuasórias seja a maior marca de seu sucesso, ainda faz-se necessário estabelecer seu potencial destrutivo de alguma forma, seja na forma de testes realizados pelo país detentor dos meios dissuasórios em questão, seja pelo seu uso contra um alvo secundário, visando à dissuasão do alvo principal. Tal dinâmica foi demonstrada no uso de armas nucleares pelos EUA contra o Japão, visando não só ao enfraquecimento de um inimigo imediato, mas o estabelecimento de suas capacidades dissuasórias perante a União Soviética (Schelling 2008; Wirtz 2018).

Dentro das políticas de dissuasão, Bar (2020) destaca uma diferença entre a “dissuasão de rotina” — praticada pelo Estado visando a evitar ataques contra seu território e população por oponentes armados, sejam estes estatais ou não-estatais — e a “dissuasão emergencial” — cujo objetivo é prevenir a escalada de uma crise securitária para um conflito mais amplo. A diferenciação entre formas de dissuasão se deve à percepção de que nenhuma estratégia dissuasiva terá sucesso completo, sendo necessário, em momentos específicos, lembrar o alvo do poder dissuasório do agente. Em especial em contextos de dissuasão não-nuclear, a credibilidade de uma ameaça pode ser perdida com maior facilidade, devido à aquisição de equipamentos defensivos, relocação da infraestrutura ou dispersão das forças do alvo. Sem a ameaça de aniquilação completa das armas nucleares, um agente coator necessita reafirmar constantemente o poderio destrutivo de seu arsenal (Wirtz 2018).

Para além da construção e manutenção da credibilidade dos armamentos em si, tarefa dispendiosa fora do contexto nuclear, outro elemento central do sucesso das estratégias de dissuasão convencional é a manutenção da credibilidade do Estado coator. Como apontam Mueller (2021) e Stone (2012), a credibilidade das armas em si pouco importa se estiverem nas mãos de um regime que não seja capaz de construir e manter uma imagem de credibilidade quanto às suas ameaças. Esta mesma lógica é apontada por Danilovic (1996) ao tratar da dificuldade de potências militares ascendentes em estabelecer suas capacidades dissuasórias: como

Estados desprovidos do mesmo histórico de força militar e credibilidade estratégica das potências já estabelecidas, potências ascendentes dificilmente serão levadas a sério no campo dissuasório sem antes demonstrar tanto seu poderio bélico quanto sua convicção em punir os alvos de sua estratégia de dissuasão.

Potências já estabelecidas, por outro lado, enfrentam um dilema inverso ao lidar com concorrentes em ascensão. Buscando compreender a forma pela qual um processo de transição de poder afeta as dinâmicas dissuasórias entre Estados, Morrow (1996) e Kugler e Werner (1996) apontam o momento em que o poder relativo de um par estratégico formado por uma potência decadente e uma ascendente entra em paridade como sendo o criador de um *gap* de credibilidade para ambas as partes. Para além disso, a potência decadente se vê forçada à partir da dissuasão para a coerção, ou seja, para o uso da força militar em larga escala, uma vez que sua capacidade de coagir militarmente seu oponente em ascensão diminui com o tempo, sendo necessário estabelecer, enquanto ainda é possível, uma dinâmica de dissuasão mútua que garanta o interesse da potência decadente mesmo quando esta perder sua posição de preeminência.

A queda da credibilidade dissuasória ocorre, então, ao mesmo tempo em que a coerção militar torna-se inviável. A paridade militar, seguindo a lógica delineada por Organski e Kugler (1989), Morrow (1996) e Rauch (2017), viabiliza a escalada do conflito, de uma tentativa de coerção, para uma troca de retaliações, em que a potência decadente busca afirmar a contínua relevância de seus instrumentos dissuasórios, enquanto a potência ascendente almeja estabelecer uma nova forma de interação estratégica, em que os instrumentos da “diplomacia da violência” de Schelling (2008) estariam disponíveis para ambas as partes. Deve-se destacar que, como apontado por Kugler e Werner (1996), Divsallar (2019) e Freedman (2017), em contextos de disputa entre dois Estados, como no caso do conflito Irã – Israel, esforços por parte da nação inicialmente mais fraca de transformar um contexto de coerção unilateral em um de dissuasão mútua são tratados, pela parte inicialmente preponderante, como desproporcionalmente ameaçadores.

A percepção das partes sobre sua própria posição e a de seu oponente, então, figuram como elementos centrais nos processos de transição de poder, como apontado por Organski (1968), através da divisão do Sistema Internacional entre Estados satisfeitos e insatisfeitos, reiterada por Beckley (2018), Tammen et al. (2017) e Kugler e Lemke (1996). Assim, faz-se necessário compreender a visão de iranianos e israelenses a respeito do entorno regional ocupado por ambos, antes de tratar da distribuição de poder entre ambos.

O CONFLITO IRÃ – ISRAEL

Perspectiva e estratégia Iranianas

A busca do Irã por uma posição privilegiada no Oriente Médio data do período monárquico, com os esforços iniciais da dinastia Pahlavi em construir uma força militar capaz de derrotar as demais potências militares da região. Assim, o governo republicano-xiita inaugurado pela Revolução Islâmica continua a lidar com muitos dos principais dilemas securitários enfrentados pelo antigo regime, em especial no Golfo Pérsico e no Cáucaso, ao mesmo tempo em que passa a envolver-se no conflito Israel – Palestina, em oposição ao Estado de Israel, como forma de consolidar sua imagem enquanto uma força na luta contra a ingerência ocidental na região (Milani 2021).

Com o fim da Guerra Irã – Iraque (1980-1988), o governo iraniano se depara com a necessidade de reconstruir sua infraestrutura nacional e capacidades bélicas em um contexto marcado pelo início da hegemonia estadunidense, hostil ao regime de Teerã. Frente à fragilidade iraniana em relação aos EUA e seus aliados regionais, em especial os israelenses e sauditas, Teerã busca construir suas capacidades de retaliação, visando impor a seus oponentes locais um regime de dissuasão militar que impedisse novos ataques contra a integridade territorial e centros populacionais do país (Olson 2016; Kam 2021). A estratégia iraniana tem como base as medidas anti-acesso e de negação de área (A2AD, na sigla original), visando a tornar inacessível militarmente não só seu próprio território, mas seu entorno regional, impedindo assim invasões militares como as realizadas pelos EUA contra o Iraque em 1991 e 2003 (Freedman 2017; Mahnken 2014).

Nesse sentido, a estratégia de defesa iraniana tem como precondição de sucesso o elemento central para que um Estado afirme sua posição enquanto potência regional: a exclusão, por vias militares, de potências extrarregionais dos assuntos da região. Em anos recentes, Teerã buscou fortalecer sua posição através do cultivo de uma rede local de aliados não-estatais, como o Hezbollah no Líbano, o Ansar Allah no Iêmen e as “Forças Populares” no Iraque. A formação dessa rede de alianças permite a Teerã ameaçar seus oponentes em diversas frentes, com o regime iemenita em particular sendo útil como ameaça aos israelenses e sauditas (Kam 2021; Soage 2018).

A estratégia de dissuasão e coerção iraniana, então, segue a lógica daquilo que Pape (1996) descreve como a maximização dos custos militares e civis para potenciais oponentes regionais, tanto no caso de ofensivas contra o Irã lideradas por estes países, quanto caso estes permitissem que Washington utilizasse seus territórios como base para uma invasão do território irania-

no. Em se considerando as dificuldades de estabelecer a credibilidade de uma estratégia de dissuasão convencional, tanto dos armamentos em si quanto dos tomadores de decisão, descritas por Danilovic (1996) e Stone (2012), parte do estabelecimento de uma ameaça crível vinha do fornecimento de grupos paramilitares que, por sua vez, utilizavam o equipamento iraniano em seus conflitos, como no caso da guerra entre o Iêmen e a Arabia Saudita (Soage 2018). A ausência de uma postura clara de intransigência por parte do governo iraniano pode então ser compreendida como uma fraqueza em sua estratégia de dissuasão, fraqueza que Teerã começa a remediar a partir dos diversos ataques de retaliação realizados contra Israel em abril e outubro de 2024, e novamente no início de junho de 2025.

Quanto à credibilidade dos armamentos iranianos, esta também foi alvo de repetidos questionamentos em anos recentes. O processo de reconstrução militar iniciado por Teerã nos anos 1990 foi conduzido, desde seu início, em um contexto de isolamento diplomático e econômico que dificultou o acesso do Irã a sistemas tecnológicos essenciais para a internalização da tecnologia militar de ponta. Apesar disso, Bahgat (2021), Mahmoudian (2022; 2023) e Lob (2023) apontam o sucesso da República Islâmica na produção de equipamentos tecnologicamente próximos aos sistemas de ponta utilizados por Israel e pelos EUA, produzidos com custos comparativamente baixos. O fornecimento destes equipamentos não só para aliados não-estatais, mas também para a Rússia e para a Etiópia, ambos a partir de 2022, demonstram a crescente capacidade da indústria bélica iraniana.

Nesse sentido, o Irã se depara, em seu contexto atual, com o desafio de estabelecer a credibilidade tanto de seus armamentos quanto suas lideranças militares, visando a estabelecer frente aos demais concorrentes à liderança regional do Oriente Médio um regime de dissuasão em que ataques ao território e centros populacionais iranianos tornem-se inviáveis, frente ao peso das retaliações de Teerã. Esta imposição segue a lógica daquilo que Schelling (2008) descreve como a “linguagem da retaliação militar”, ou seja, de ataques realizados em resposta ao comportamento que o agente deseja impedir no futuro, com a retribuição devendo ser imediata e proporcional em seu tamanho e seleção de alvos. Para Israel, por outro lado, tem-se a necessidade de manter a miragem de uma superioridade tecnológica-militar que se esvai conforme os concorrentes remanescentes à liderança regional avançam em seus projetos de modernização militar.

Perspectiva e estratégia israelenses

A preponderância militar israelense sobre o Oriente Médio se estabelece no início dos anos 1980, como apontado por Mearsheimer (1982) e

Lambeth (1984), após sua vitória sobre as forças sírias no Líbano. Ao lado das vitórias de Israel nas guerras de 1967 e 1973 contra os Estados árabes, a guerra no Líbano em 1982 demonstrou tanto a superioridade organizacional das forças de Israel quanto a vantagem tecnológica dos equipamentos utilizados por Tel-Aviv, obtidos através da cooperação com os EUA. A supremacia militar, porém, não converteu-se em uma ausência de ameaças ao Estado de Israel, mas na transformação destas, com o principal foco das forças israelenses transformando-se na dissuasão de grupos armados não-estatais, assumindo uma manutenção de sua superioridade tecnológica por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e da cooperação com Washington (Rid 2012).

Nesse sentido, Israel tomou como base para a condução de suas estratégias de dissuasão e coerção a experiência histórica das milícias sionistas dos anos 1930-1940, cujos principais métodos eram os massacres de populações que apoiavam seus oponentes políticos e o assassinato de lideranças opostas ao projeto sionista. A capacidade de utilizar uma violência bélica qualitativamente superior formou, então, a base da estratégia dissuasória de Israel, possível enquanto seus alvos encontravam-se politicamente desorganizados e sem acesso a armamentos comparáveis em quantidade e qualidade aos utilizados pelos israelenses (Bar 2020; Divsallar 2019)

Assim, desde seu início, a dissuasão israelense teve como característica central a desproporcionalidade entre provocação inimiga e resposta do agente. Algo possível apenas em um contexto de óbvia superioridade militar. É a possibilidade da transformação da superioridade em paridade que Divsallar (2019) aponta como um dos principais motivos dos temores israelenses em relação à estratégia de defesa de Teerã, uma vez que, como identificado por Wirtz (2018), o fortalecimento militar de um Estado alvo de dissuasão, tanto de suas defesas quanto de seu aparato ofensivo, enfraquece diretamente o Estado dissuasor, minando a credibilidade de suas ameaças militares. A isso, adiciona-se a lógica que a Teoria da Transição de Poder identifica no comportamento dos Estados que estão à beira de perder sua superioridade militar, de antecipar o conflito entre si próprios e seus futuros pares, buscando utilizar a força que possuem no presente para impor um novo *status quo*, menos favorável que o atual, mas preferível ao que um Estado ascendente poderia lhe impor após obter uma posição de preponderância (Tammen et al. 2017; Morrow 1996).

DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO PAR ESTRATÉGICO IRÃ – ISRAEL

Até o momento, não se questionou a percepção dos dois Estados do par estratégico aqui analisado acerca de suas posições relativas. A percepção

israelita de um Irã ascendente e hostil, assim como a percepção iraniana de que seus esforços de modernização militar trouxeram resultados satisfatórios a ponto de permitir uma transformação em sua postura vis-a-vis Israel, foram ambas tomadas como verdadeiras. Faz-se necessário, porém, buscar uma compreensão detalhada da distribuição de poder entre os dois países, cujo atual conflito ameaça escalar rumo a uma guerra regional no Oriente Médio. Compreensão “detalhada”, mas não completa ou perfeita, pois, como apontado por Organski e Kugler (1989), a elaboração de indicadores de poder sempre será uma aproximação e dificilmente seria possível identificar e medir de forma satisfatória todos os elementos quantitativos, qualitativos, materiais e humanos que compõem o poderio de um Estado.

Apesar desta impossibilidade, buscou-se um conjunto de indicadores capaz de abarcar dois elementos centrais: os recursos militares disponíveis para os Estados em questão no ponto de partida de uma guerra hipotética e sua capacidade de sustentar um esforço de guerra prolongado. A lógica do uso de indicadores duais de capacidades militares e recursos econômicos surge como ponto comum em trabalhos do campo da TTP, estando presente em Organski e Kugler (1989), Kugler e Lerner (1996), Rauch (2017), Neves (2020) e Lind (2024). O conjunto de indicadores aqui utilizados têm como base principal os trabalhos de Beckley (2018) e Neves (2020) e suas discussões acerca da necessidade de indicadores militares mais detalhados.

Em se considerando a necessidade de medir a transformação da distribuição destas duas capacidades ao longo do tempo, fez-se a opção pelo ponto inicial de comparação no início dos anos 1990, uma vez que a década anterior presenciara o início da preponderância militar israelense e a guerra de oito anos entre Irã e Iraque. Toma-se como ponto final o ano de 2021, anterior tanto ao atual conflito entre Teerã e Tel-Aviv quanto à crescente internacionalização da indústria bélica iraniana descrita por Mahmoudian (2023) e Lob (2023). Além disso, o ano de 2020 marca tanto o primeiro grande sucesso do programa espacial iraniano, essencial para a aquisição da capacidade de realizar ataques de precisão, quanto a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, da qual nenhum dos países recuperou-se totalmente (UCS 2023). Assim, as comparações de capacidades operacionais e nacionais serão feitas tendo como referência os anos de 1991, 2001, 2011 e 2021.

Seleção dos indicadores

Visando a identificar as transformações na distribuição de poder entre Irã e Israel, busca-se apoio nos indicadores tradicionalmente utilizados pela Teoria da Transição de Poder. Seguindo a lógica de Kugler e Organski

(1989), de que um Estado economicamente próspero e com um alto grau de desenvolvimento interno verá um aumento de sua capacidade de mobilizar recursos para possíveis conflitos bélicos, sejam eles defensivos ou expansionistas, faz-se uso do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* como indicadores iniciais do volume de recursos disponíveis para o Estado e de sua distribuição interna. Como aponta Organski (1968), existe um salto qualitativo na capacidade de mobilização de recursos de um Estado, uma vez que este supera condições econômicas de subsistência e inicia seu desenvolvimento industrial; nesse sentido, a expansão destes indicadores é tradicionalmente utilizada para identificar este “salto” (DeCicco e Levi 2003).

Segundo Beckley (2018) e Neves (2020), porém, deve-se considerar as limitações destes indicadores, como a inabilidade do PIB absoluto de apontar as condições de vida da população de um determinado país e as distorções presentes no PIB *per capita* em países com alta concentração de renda, populações pouco numerosas e uma possível abundância de recursos naturais valiosos. Assim sendo, faz-se o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com os dados compilados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscando aliviar as distorções presentes nos demais indicadores de desenvolvimento econômico.

A inclusão do IDH se encaixa na lógica da relação entre desenvolvimento econômico e aumento da capacidade de projeção de poder própria da TTP. Segundo Organski (1968), Estados pré-industriais contam com capacidades limitadas de mobilizar seus cidadãos para empreitadas militares, uma vez que a mobilização de efetivos militares exige que parte da população seja retirada de seus postos de trabalho, com a subsequente queda de produtividade levando ao colapso da produção agrícola e da capacidade do Estado de garantir o sustento de suas tropas e a sobrevivência de sua população. A partir do momento em que uma nação inicia seu desenvolvimento industrial, os ganhos de produtividade e qualidade de vida permitem aos governantes de uma dada sociedade mobilizar parcelas extensas de sua população em torno de seus projetos militares, tanto na forma de soldados e oficiais quanto dos diversos postos burocráticos necessários para sustentar um exército contemporâneo (Organski e Kugler 1989). Nesse sentido, incrementos no IDH, composto pela expectativa de vida, acesso à educação e prosperidade econômica de uma população, representam ganhos reais no potencial militar de um Estado.

Quanto aos dados diretamente ligados ao potencial militar do Irã e Israel, faz-se uso primeiramente do Índice Composto de Capacidades Nacionais (CINC, no idioma original) compilado pelo Correlates of War. O CINC é um agregado de seis dados que indicariam o potencial militar

de um país: 1) gastos anuais em defesa, 2) contingentes militares, 3) produção de ferro e aço, 4) consumo de energia, 5) população total e 6) população urbana. A criação do CINC trouxe consigo avanços para o campo da TTP. Porém, como apontado por Kuegler e Organski (1989), Rauch (2017) e Neves (2020), este ainda traz consigo certas distorções potencialmente relevantes. Estados populosos contam com pontuações infladas na composição do CINC.

No mesmo sentido, altos gastos militares não indicam, necessariamente, uma alta capacidade de projeção de poder, uma vez que fatores como a patrulha de fronteiras extensas e conflituosas e a repressão interna podem consumir parcelas significativas do orçamento de defesa (Organski 1968). Além disso, países com pontuações altas em múltiplos indicadores individuais do CINC não necessariamente contam com a capacidade de manter um esforço militar de longo prazo, seja pela sua dependência da importação de material bélico ou pela ausência dos arsenais necessários com os quais sobreviver às fases iniciais de um conflito (Kuegler e Organski 1989). Nesse sentido, opta-se pelo uso de índices complementares, similares aos utilizados por Neves (2020), quantificando os MBTs (tanques de combate principais), aviões de combate, embarcações de combate e submarinos.

A partir das coletas dos dados listados acima, referentes aos anos de 1991, 2001, 2011 e 2021; com exceção do CINC, cujos dados mais recentes vão até 2016, faz-se a elaboração de duas fórmulas para a quantificação das capacidades e potencial militares de cada Estado relevante. A primeira fórmula diz respeito aos indicadores brutos e líquidos de capacidade e potencial nacionais, ou seja, de dados socioeconômicos como o IDH, PIB e PIB *per capita* somados ao CINC. Os dados são recolhidos e calculados segundo a equação a seguir:

$$\left| \frac{\left(\frac{PIB1}{PIB1 + PIB2} \right) + \left(\frac{PIBpp1}{PIBpp1 + PIBpp2} \right) + \left(\frac{IDH1}{IDH1 + IDH2} \right) + \left(\frac{CINC1}{CINC1 + CINC2} \right)}{4} \right|$$

Equação 1 — Indicadores brutos e líquidos da capacidade e potencial nacionais.

Legenda: PIB - Produto Interno Bruto; PIB_{pp} - Produto Interno Bruto *per capita*; IDH - Índice de Desenvolvimento Humano; CINC - Composite Index of National Capability.

Fonte: Elaborado a partir dos trabalhos de Beckley (2018) e Neves (2020).

Para os indicadores operacionais de capacidade nacional, faz-se uso de uma fórmula similar, calculando a porcentagem dos contingentes militares, veículos de combate principais (MBTs), aeronaves de combate, sub-

marinos e embarcações de combate e defesa territorial e identificando a porcentagem dos recursos operacionais disponíveis para cada país em cada ano analisado. Consideram-se os recursos terrestres, uma vez que, como exposto por Pape (1996), a vitória militar em conflitos interestatais demanda mais que apenas a realização de ataques punitivos contra a infraestrutura civil das sociedades alvo, sendo necessária a derrota ou destruição das forças militares de um Estado. Nesse mesmo sentido, Lemke (2002) aponta a centralidade da capacidade de ocupação do território inimigo como elemento constitutivo básico da capacidade de um Estado de combater seus oponentes. Tais operações demandam, necessariamente, contingentes bélicos significativos. Para além disso, deve-se destacar a centralidade do elemento naval para as economias de ambos os países: do Golfo Pérsico para Teerã e do Mar Vermelho para Israel, como estabelecido por Fargher (2017) e Freedman (2017). Nesse mesmo sentido, o bloqueio parcial do tráfego naval no Mar Vermelho imposto pelo Ansar Allah contra Israel entre 2023 e 2025 aponta a relevância do elemento naval nos conflitos da região como mecanismo para a defesa dos portos, frotas mercantis e rotas comerciais da região (Rapaport 2025).

Assim, o cálculo de distribuição das capacidades operacionais utiliza o seguinte cálculo:

$$\left| \frac{\left(\frac{TI}{TI + T2} \right) + \left(\frac{AI}{AI + A2} \right) + \left(\frac{NI}{NI + N2} \right) + \left(\frac{SI}{SI + S2} \right) + \left(\frac{CI}{CI + C2} \right)}{5} \right|$$

Equação 2 — Indicadores operacionais de capacidade nacional.

Legenda: T - número de MBTs (blindados de combate); A - aeronaves de combate; N - forças navais de superfície; S - frota de submarinos; C - contingentes.

Fonte: Elaborado a partir dos trabalhos de Beckley (2018) e Neves (2020).

A partir da lógica de consideração conjunta de dados relacionados às esferas civil e militar, utilizada por Organski e Kugler (1989), Neves (2020) e Lind (2024), busca-se identificar a presença, ou ausência, de alterações na distribuição de capacidades. Se for comprovada uma tendência geral de transformação da distribuição de recursos econômicos e militares rumo à paridade, tem-se o cenário descrito por Danilovic (1996) e Kugler e Lerner (1996) como ideal para a intensificação do conflito entre as partes, uma vez que a parte em declínio tende a adotar estratégias de ataque preventivo, enquanto a parte ascendente busca demonstrar a expansão de suas capacidades bélicas e consolidar sua nova posição externa.

Distribuição das capacidades e seus impactos

Para Morrow (1996), a lógica da Transição de Poder é a lógica dos processos de ultrapassagem e seu impacto na percepção de ameaças e interesses dos Estados. Em tal argumento, o momento da ultrapassagem representa o momento em que a parte antes mais fraca de um par estratégico supera em capacidades econômicas e militares a parte até então preponderante. De forma similar, Kugler e Lemke (1996) apontam quatro etapas de uma relação dual em transição: 1) *status quo* favorável à parte inicialmente mais forte, 2) fortalecimento da parte mais fraca, 3) momento de paridade e 4) estabelecimento de um novo *status quo*. Em trabalhos mais recentes, Lind (2024) e Neves (2020) debatem o volume exato de recursos necessários para que um Estado seja capaz de iniciar seus esforços de projeção externa e de firmar-se enquanto parte hegemônica de um par estratégico respectivamente.

No caso do par Irã – Israel, considera-se Israel enquanto parte inicialmente mais forte, devido à sua hegemonia militar regional estabelecida após a guerra de 1982 contra a Síria, como sugerido por Grant (2002) e Mearsheimer (1982). A posição iraniana, por outro lado, é marcada pela fraqueza inicial do país após a Guerra Irã – Iraque (1980-1988), cujos impactos sobre as capacidades estatais iranianas foram debatidos por Gongora (1997) e Olson (2016). Nesse sentido, enquanto Israel opera, dos anos 1980 em diante, em uma lógica de manutenção de um *status quo* favorável através do uso limitado da violência, como descrito por Bar (2020), o Irã adota uma postura inicialmente retraída, reduzindo o apoio a seus aliados regionais ao longo dos anos 1990 e 2000, retomado apenas em meados dos anos 2010 (Ahmadian e Mohseni 2021).

Embora a evolução das posturas das partes, da crescente agressividade israelense e da recente mudança de postura iraniana, voltando-se para o uso da retaliação direta, sugerem uma mudança no nível da percepção dos atores quanto à distribuição de forças, a comprovação desta mudança demanda uma observação dos dados disponíveis quanto à distribuição de capacidades entre as partes. Com base na seleção de indicadores e fontes apresentadas acima, tem-se a seguinte distribuição de capacidades operacionais e potencial nacional:

Tabela 1 — Recursos de Capacidades Operacionais do par Irã – Israel em 1991

País/Recurso (1991)	Contingente (C)	MBTs (T)	Aeronaves (A)	Embarcações (N)	Submarinos (S)
Irã	700.000	700	200	37	0
Israel	141.000	4.480	533	65	3

Dados: IISS (1992).

Tabela 2 — Recursos de Capacidade e Potencial Nacional
do par Irã – Israel em 1991

País/Dado (1991)	PIB (US\$ bilhões)	PIBpp (US\$)	IDH	CINC
Irã	131,64	2.194	0,631	105.457
Israel	70,87	14.320	0,781	29.558

Dados: PNUD (2025); Banco Mundial (2025).

Tabela 3 — Recursos de Capacidades Operacionais
do par Irã – Israel em 2001

País/Recurso (2001)	Contingente (C)	MBTs (T)	Aeronaves (A)	Embarcações (N)	Submarinos (S)
Irã	638.000	1.560	260	59	0
Israel	163.500	3.750	394	48	3

Dados: IISS (2002).

Tabela 4 — Recursos de Capacidade e Potencial Nacional
do par Irã – Israel em 2001

País/Dado (2001)	PIB (US\$ bilhões)	PIBpp (US\$)	IDH	CINC
Irã	126,88	1.881	0,700	133.051
Israel	134,62	20.907	0,838	41.799

Dados: PNUD (2025); Banco Mundial (2025).

Tabela 5 — Recursos de Capacidades Operacionais
do par Irã – Israel em 2011

País/Recurso (2011)	Contingente (C)	MBTs (T)	Aeronaves (A)	Embarcações (N)	Submarinos (S)
Irã	523.000	1.613	297	100	23
Israel	176.500	3.500	395	57	3

Dados: IISS (2012).

Tabela 6 — Recursos de Capacidade e Potencial Nacional
do par Irã – Israel em 2011

País/Dado (2011)	PIB (US\$ bilhões)	PIBpp (US\$)	IDH	CINC
Irã	626,08	8.025	0,765	140.839
Israel	267,41	34.433	0,890	40.778

Dados: PNUD (2025); Banco Mundial (2025).

Tabela 7 — Recursos de Capacidades Operacionais do par Irã – Israel em 2021

País/Recurso (2021)	Contingente (C)	MBTs (T)	Aeronaves (A)	Embarcações (N)	Submarinos (S)
Irã	610.000	1.513	271	192	17
Israel	169.500	1.150	304	45	5

Dados: IISS (2022).

Tabela 8 — Recursos de Capacidade e Potencial Nacional do par Irã – Israel em 2021

País/Dado (2021)	PIB (US\$ bilhões)	PIBpp (US\$)	IDH	CINC
Irã	384,44	4.334	0,776	153.498
Israel	489,71	52.255	0,911	42.662

Dados: PNUD (2025); Banco Mundial (2025).

Tabela 9 — Evolução da distribuição de capacidades no par estratégico Irã – Israel

	1991	2001	2011	2021
Cap.Op	32%	40%	60,25%	68%
Cap.Nac	50%	44,70%	53,20%	44%
Média	41%	42%	56,75%	56%

Dados: Elaboração própria a partir das Equações 1 e 2.

Conjunto de Dados: Distribuição das Capacidades Operacionais e Potencial Nacional entre Irã e Israel entre o início da reconstrução militar iraniana e a pandemia da Covid-19.

Com base nas transformações de distribuição das capacidades operacionais e potencial nacional após o início da reconstrução militar iraniana, comprovam-se os temores iniciais das lideranças israelenses, descritos por Divsallar (2019) e Freedman (2017). A perda da preponderância militar estabelecida nos anos 1980 exige uma resposta por parte do Estado de Israel, cujas ações ao longo do último ano aparentam seguir a lógica descrita por Morrow (1996), ou seja, o desejo do Estado em declínio de impor no presente, enquanto sua posição militar ainda representa uma ameaça real a seu oponente ascendente, um *status quo* favorável para si. Em se considerando a posição atual de Israel, dois elementos centrais aparentam ocupar as considerações das lideranças de Tel-Aviv: a possível ascensão de Teerã ao nível de uma potência nuclear, a partir do qual qualquer campanha coercitiva torna-se estrategicamente inviável frente à possibilidade de uma escalada nuclear, e o desejo de anexar de forma definitiva a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Ao se falar de uma decaída da posição israelense, deve-se considerar tanto a proporção de recursos controlados pelo país quanto o impacto da difusão tecnológica na região. Segundo Mahnken (2016) e Goure (2013), a grande dinâmica transformadora das dinâmicas militares contemporâneas é a difusão das tecnologias militares monopolizadas anteriormente pelos EUA e seus aliados. A liderança militar regional que Israel estabelece após sua vitória no vale do Bekaa em 1982 dependia, acima de tudo, de sua vantagem tecnológica, como atestado por Mearsheimer (1982) e Hurley (1989). Nesse sentido, os esforços iranianos de modernização militar do Irã apresentam uma ameaça não só pela vantagem quantitativa iraniana, mas pelo temor da equalização tecnológica entre as partes.

Nesse sentido, destacam-se avanços recentes da indústria de defesa iraniana, ao lado da recomposição quantitativa dos arsenais nacionais. O lançamento e produção independente de satélites por Teerã, capacidades antes exclusivas de Israel dentro da região, em 2020, mesmo ano do lançamento das linhas de mísseis com guiagem em trajetória Ehmada-1, Ghadr 101 e Khorramshahr, representam ameaças reais para a posição de Tel-Aviv na região (Bahgat 2021; UCS 2023). Ao longo das trocas de bombardeio de 2025, as notícias da perfuração do Domo de Ferro israelense indicavam uma junção, nos ataques iranianos, da superioridade quantitativa, por meio do uso de munições tecnologicamente menos avançadas, ao lado do uso dos modelos de mísseis mais avançados desenvolvidos entre os últimos anos da década de 2010 e início dos anos 2020 (Croft 2025; Shamim 2025).

Assim, consideram-se os esforços iranianos na lógica de Danilovic (1996) e Kugler e Werner (1996) da dificuldade do estabelecimento da credibilidade dissuasória. A credibilidade das ameaças é considerada por Schelling (2008) como a base para o estabelecimento de uma doutrina dissuasória funcional. A opção pela retaliação direta, em detrimento das táticas de dissuasão indireta descritas por Freedman (2017) e Kam (2021) denota uma mudança no cálculo militar iraniano, com as operações de retaliação de 2024 e 2025 sendo realizadas diretamente pela Guarda Revolucionária, com participação mínima de *proxies* regionais. O engajamento direto em conflitos sugere uma maior confiança, por parte das lideranças iranianas, em suas capacidades militares e na capacidade da base econômica e industrial do país de retomar seu funcionamento após o fim das hostilidades diretas.

De forma geral, os dados aqui utilizados corroboram a teoria de que a recente escalada das hostilidades entre Tel-Aviv e Teerã seriam motivadas diretamente pela deterioração gradual da posição regional israelense. O auge da preponderância militar israelense ocorreu nos anos 1990, com o Irã em posse de apenas 32% das capacidades operacionais do par estratégico. Essa clara fraqueza iraniana não foi seguida por tentativas reais

de Israel de derrubar ou destruir militarmente o atual regime político em Teerã. Tais esforços, porém, se manifestam com crescente frequência ao longo da década de 2020, período em que as capacidades operacionais quantitativas de Teerã superam as de Tel-Aviv, invertendo a distribuição vista no início dos anos 1990, com o Irã sob controle de 68% das capacidades militares. No campo econômico, mantém-se uma relativa estabilidade da posição iraniana, cuja proporção dos recursos econômicos varia entre 44% no seu ponto mais baixo e 56% no seu ponto mais alto. Quando se considera o processo regional de concentração de poder, descrito por Santini (2017) e Schmidt (2020), a tendência local é de crescente radicalização das disputas regionais, conforme as dinâmicas de difusão de tecnologia militar e industrial e de fortalecimento das potências locais desestabilizam a posição de agentes já consolidados.

CONCLUSÃO: IMPACTO DA DISTRIBUIÇÃO DE CAPACIDADES NAS INTERAÇÕES ENTRE O PAR ESTRATÉGICO

Os ataques israelenses contra a infraestrutura estratégica iraniana em 2024 e 2025, ambos seguidos por ataques retaliatórios realizados pelo Irã, marcam uma escalada de conflitos latentes entre estes Estados desde os anos 1980. A formação da atual República Islâmica e seu apoio aos oponentes paramilitares de Tel-Aviv tornou as relações antes pacíficas entre os dois Estados em uma das disputas centrais da região. Apesar da existência histórica destas tensões, Israel não havia, até o ano de 2024, priorizado a derrota do Irã enquanto objetivo estratégico. Mesmo após a conquista da preponderância militar-tecnológica descrita por Hurley (1989) e Grant (2002), Tel-Aviv manteve seu foco em suas fronteiras imediatas no Levante. Teerã, também, não havia realizado esforços diretos para confrontar Israel, preferindo apoiar financeira e militarmente o Hezbollah e o Hamas enquanto mecanismo de dissuasão indireta, em uma estratégia cuja lógica foi analisada por Freedman (2017) e Kam (2021).

A ausência tanto de ofensivas diretas de larga escala por parte de Israel quanto de esforços retaliatórios por parte do Irã durante ataques menores liderados pelos israelenses, ou de conflitos entre Tel-Aviv e os aliados regionais de Teerã, indicaria, para uma interpretação baseada na TTP, a presença de uma relação de preponderância militar favorável a Israel. Em se considerando a fragilidade da posição iraniana nos anos 1990, início de sua reconstrução militar, ao lado da vantagem tecnológica israelense, demonstrada em 1982 no Vale do Bekaa, o Irã não era considerado uma ameaça real à posição de Israel na região, uma vez que o volume de recursos eco-

nômicos e militares sob seu controle mostrava-se, na época, insuficiente para viabilizar um desafio direto s Tel-Aviv. Assim, no contrassenso das expectativas realistas tradicionais, de que o momento mais propício para o início de conflitos militares entre os dois Estados seria entre os anos 1980 e 1990, devido ao desequilíbrio do poder favorável à Israel, o período 1991-2024 passa sem grandes confrontações bélicas entre as partes.

A recente mudança de postura de ambos os atores sugere não uma mudança de percepção, visto que esta se mantém constante em ambos os Estados desde o estabelecimento da República Islâmica, mas uma alteração nos fatores materiais que determinam suas respectivas posturas militares. Seguindo a perspectiva da Transição de Poder, ao lado da observação das alterações nas distribuições de recursos econômicos e militares entre os anos 1990 e o início da década vigente, a escalada militar na disputa Irã – Israel pode ser interpretada pela lógica delineada por Morrow (1996) e Kugler e Werner (1996), na qual a crescente paridade entre dois Estados, em especial na distribuição de capacidades militares, torna mais provável a militarização das tensões entre as partes. Nesse sentido, tem-se um caso de escalada de tensões geopolíticas latentes que ocorre não no momento de concentração de poder em um polo, como sugerido por teóricos realistas como Labs (1997) e Waltz (2002).

Considerando-se a incompatibilidade dos interesses regionais iranianos e israelenses, as trocas de bombardeios em 2024 e 2025 representam a confirmação da entrada destes em um contexto de paridade de poder, em que ambas as partes possuem os recursos materiais e incentivos políticos para optar pelo uso da força. Sendo este o momento que a TTP indica como ideal para a escalada bélica, ao contrário do sugerido pela teoria da balança de poder, os ataques e retaliações exibidos pelo par estratégico Teerã – Tel-Aviv acabam por exemplificar, de forma clara, a lógica da transição de poder.

O advento de uma dinâmica de paridade dentro do par estratégico Irã – Israel em específico também transforma as dinâmicas regionais como um todo. A deterioração da posição regional israelense, ao lado da crescente assertividade de Teerã, devem ser compreendidas como dinâmicas gerais. Ao longo dos próximos anos, então, o Complexo Regional do Oriente Médio será marcado pela crescente agressividade de Tel-Aviv, conforme o regime israelense busca conter seu declínio relativo, ao lado da adoção de uma postura cada vez mais intransigente por parte do Irã, conforme o país continua a expandir suas capacidades militares.

A eclosão de um conflito regional de larga escala torna-se uma possibilidade distinta, conforme os Estados aspirantes à liderança regional adentram um período de relativa paridade econômica e militar. Uma guerra regional abriria, para os beligerantes, a possibilidade de imposição de um

status quo favorável e duradouro por meio da destruição da infraestrutura econômica e capacidades operacionais de seus oponentes. Em suas consequências globais, porém, uma guerra regional no Oriente Médio traria consigo a obstrução de duas das principais rotas comerciais globais, no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, com uma versão menor de uma obstrução do comércio no Mar Vermelho ocorrendo entre 2023 e 2025, quando milícias iemenitas iniciaram um bloqueio informal contra Israel.

REFERÊNCIAS

Ahmadian, Hassan e Payam Mohseni. 2021. "Iran's Syria Strategy: The Evolution of Deterrence". In *NL ARMS. Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century — Insights from Theory and Practice*. [S.l.], editado por Frans Osinga e Tim Sweijts: 231–62. Asser Press.

Bahgat, Gawdat e Anoushiravan Ehteshami. 2021. *Defending Iran: From revolutionary guards to ballistic missiles*. Cambridge University Press.

Banco Mundial. *World Bank Group*. Data: Gross National Product. data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD.

Banco Mundial. [s./d.]. *World Bank Group*. Data: Gross National Product per capita. data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD.

Bar, Shmuel. 2020. "Israeli strategic deterrence doctrine and practice". *Comparative Strategy* 39, no. 4: 321–53.

Bartoletti, Andrea. 2022. *Escaping the Deadly Embrace: How Encirclement Causes Major War*. Londres: Cornell University Press.

Beckley, Michael. 2010. "Economic development and military effectiveness". *The Journal of Strategic Studies* 33, no. 1: 43–79.

Beckley, Michael. 2018. "The power of nations: Measuring what matters". *International security* 43, no. 2: 7–44.

Boulding, K. E. 1962. *Conflict and defense: a general theory*. New York: Harper.

Buzan, Barry e Ole Wæver. 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Croft, Alex. 2025. "How has Iran managed to breach Israel's Iron Dome air defence system?" *The Independent* (Junho). www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iron-dome-israel-iran-missiles-failing-tel-aviv-b2773584.html.

Danilovic, Vesna. 1996. "Modeling Power Transition: an Extended Model. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.I.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 117–26. University of Michigan Press.

DiCicco, Jonathan M. 2017. Power transition theory and the essence of revisionism. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford: Oxford University Press.

DiCicco, Jonathan M e Jack S. Levy 2003. "The Power Transition Research Program: A Lakatosian Analysis". In *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. [S.I.], editado por Colin Elman e Miriam F. Elman: 109–59. MIT Press.

Divsallar, Abolrasool. 2019. "Israel's Framing of Iranian Defense Policy". *Italian Review of Geopolitics* 1: 257–66.

Efird, Brian, Jacek Kugler e Gaspare Genna. 2003. "From war to integration: Generalizing power transition theory". *International Interactions* 29, no. 4: 293–313.

Fargher, James. 2017. "This Presence Will Continue Forever: an Assessment of Iranian Naval Capabilities in the Red Sea". *CIMSEC* (Abril). cimsec.org/presence-continue-forever-assessment-iranian-naval-capabilities-red-sea/.

Freedman, Guy. Iranian approach to deterrence: Theory and practice". *Comparative Strategy*, v. 36, n. 5, p. 400-412, 2017.

German, F Clifford. 1960. "A tentative evaluation of world power. *Journal of conflict resolution* 4, no. 1: 138–44.

Gongora, Thierry. 1997. "War making and state power in the contemporary Middle East". *International Journal of Middle East Studies* 29, no. 3: 323–40.

Goure, Daniel. 2013. *Global Precision Strike: U.S Air Dominance in a Fiscally Constrained Environment – Defining Paths to the Future*. Arlington, Virginia: Lexington Institute.

Grant, Rebecca. 2002. "The Bekaa Valley War". *Air Force Magazine* 85, no. 6: 58–63.

Hurley, Matthew M. 1989. "The Bekaa Valley Air Battle June 1982: Lessons Mislearned?" *Airpower Journal* 3, no. 4: 60–70.

IISS. 1992. "International Institute for Strategic Studies". *The Military Balance*. Londres: Brassey's.

IISS. 2002. "International Institute for Strategic Studies". *The Military Balance*. Londres: Brassey's.

IISS. 2012. “International Institute for Strategic Studies”. *The Military Balance*. Londres: Brassey’s.

IISS. 2022. “International Institute for Strategic Studies”. *The Military Balance*. Londres: Brassey’s.

Kam, Ephraim. 2021. “Iran’s Deterrence Concept”. *Strategic Assessment: A Multidisciplinary Journal on National Security* 24, no. 4: 19–32.

Kim, Woosang. 1991. “Alliance transitions and great power war”. *American Journal of Political Science* 35, no. 4: 833–50.

Kim, Woosang. 1996. “Power Parity, Alliance and War from 1648 to 1975”. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.l.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 93–107. University of Michigan Press.

Kugler, Jacek e A. F. K. Organski. 1989. “The end of hegemony?” *International Interactions* 15, no. 2: 113–28.

Kugler, Jacek e Douglas Lemke. 1996. “The Evolution of the Power Transition Perspective”. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.l.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 3–34. University of Michigan Press.

Kugler, Jacek e Suzanne Werner. 1996. “Power Transitions and Military Buildups: Resolving the Relationship Between Arms Buildups and War”. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.l.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 187–211. University of Michigan Press,

Labs, Eric J. 1997. “Beyond victory: offensive realism and the expansion of war aims”. *Security Studies* 6, no. 4: 1–49.

Lambeth, Benjamin S. 1984. “On thresholds in soviet military thought”. *Washington Quarterly* 7, no. 2: 69–76.

Lemke, Douglas. 2002. *Regions of War and Peace*.

Lemke, Douglas. 1996. “Small States and War: An Expansion of Power Transition Theory”. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.l.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 77–92. University of Michigan Press.

Lind, Jennifer. 2024. “Back to bipolarity: How China’s rise transformed the balance of power”. *International security* 49, no. 2: 7–55.

Lob, Eric. 2023. “Iran’s Drone Industry and its Military Cooperation with Russia in Ukraine”. In *The Great Power Competition Volume 5: The Russian Invasion of Ukraine and Implications for the Central Region*. [S.l.], editado por Adib Farhadi, Mark Grzegorzewski e Anthony J. Masys: 111–40. Springer.

Mahmoudian, Arman. 2022, “The Russo-Persian Cooperation in the Syrian Civil War: a New Battleground in the Great Power Competition”. In *The Great Power Competition Volume 2: Contagion Effect: Strategic Competition in the Covid Era*. [S.l.], editado por Adib Farhadi, Mark Grzegorzewski e Anthony J. Masys: 185–204. Springer.

Mahmoudian, Arman. 2023. “The War in Ukraine: The Turning Point of Russia-Iran Relations”. In *The Great Power Competition Volume 5: The Russian Invasion of Ukraine and Implications for the Central Region*: 141–60. Cham: Springer Nature Switzerland.

Mahnken, Thomas G. 2014. “Weapons: the growth and spread of the precision strike regime. In *Strategic Studies: A reader*, editado por Thomas G. Mahnken e Joseph A. Maiolo: 343–55. Londres, Routledge.

Mahnken, Thomas. 2016. “Armaments Development Since the Cold War”. In *Arms Races in International Politics: From the Nineteenth to the Twenty-First Century* [S.l.]: Thomas Mahnken, Joseph Maiolo e David Stevenson: 270–86. Oxford University Press.

Mearsheimer, John J. 1982. “Why the Soviets can’t win quickly in central Europe”. *International security* 7, no. 1: 3–39.

Mearsheimer, John J. 2003. *The tragedy of great power politics (Updated edition)*. WW Norton & Company.

Milani, Mohsen. 2021, Pre-revolutionary Iran and Great Power Rivalry. In *The Great Power Competition Volume 1: Regional Perspectives on Peace and Security*. [S.l.], editado por Adib Farhadi e Anthony J. Masys: 179–94. Springer.

Morrow, James D. 1996. “The Logic of Overtaking. In *Parity and War: Evaluations and Extensions of the War Ledger*. [S.l.], editado por Jacek Kugler e Douglas Lemke: 313–30. University of Michigan Press.

Mueller, Karl. 2021. “The Continuing Relevance of Conventional Deterrence”. In *NL ARMS. Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century - Insights from Theory and Practice*. [S.l.], editado por Frans Osinga e Tim Sweijjs: 47–64. Asser Press

Neves Jr., Edson Jose. 2020 “A disputa pela Caxemira entre Índia e Paquistão: chauvinismo e perfil de forças militares. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 7, no. 1.

Olson, Erik A. 2016. “Iran’s path dependent military doctrine”. *Strategic Studies Quarterly* 10, no. 2: 63–93.

Organski, Abramo F. K. 1958. *World politics*. Knopf.

Organski, Abramo F. K. 1968. *World politics*. [S.l.]. Knopf.

Organski, A. F. K. e Jacek Kugler. 1989. “The end of hegemony?” *International Interactions* 15, no. 2: 113–28.

Pape, Robert A. 1996. *Bombing to win: Air power and coercion in war*. Nova York: Cornell University Press.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Azerbaijan. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/AZE.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Egypt. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/EGY.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Iran. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/IRN.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Iraq. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/IRQ.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Israel. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/ISR.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Saudi Arabia. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/SAU.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Syrian Arab Republic. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/SYR.

PNUD. [s./d.]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Reports*. Specific Country Data: Turkiye. hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/TUR.

Rauch, Carsten. 2017. “Challenging the Power Consensus: GDP, CINC and Power Transition Theory”. *Security Studies* 26, no. 4: 642–64.

Rapaport, Nadav. 2025. “Israel’s Eilat port to shut down over unpaid debts triggered by Houthi attacks”. *Middle East Eye* (Julho). www.middleeasteye.net/news/israel-eilat-port-shut-down-over-unpaid-debts-triggered-houthi-attacks.

Rauch, Carsten. 2017. “Challenging the Power Consensus: GDP, CINC and Power Transition Theory”. *Security Studies* 26, no. 4: 642–64.

Rauch, Carsten. 2018. “Realism and Power Transition Theory: Different Branches of the Power Tree”. In *Realism in Practice: An Appraisal*, editado por Davide Orsi, J. R. Augustin e Max Nurnus. Bristol: E-International Relations Publishing.

Rid, Thomas. 2012. “Deterrence beyond the state: the Israeli experience”. *Contemporary Security Policy* 33, no. 1: 124–47.

Santini, Ruth Hanau. 2017. “A new regional cold war in the Middle East and North Africa: Regional security complex theory revisited”. *The International Spectator* 52, no. 4: 93–111.

Schmidt, Soren. 2020 “The Middle East regional security complex and the Syrian civil war”. In *The War for Syria: Regional and International Dimensions of the Syrian Uprising*, ditado por Raymond Hinnebusch e Adham Saouli: 43–70. Londres: Routledge.

Schelling, Thomas C. 2008. Arms and Influence. In *Strategic Studies*, editado por Thomas Mahnken e Joseph A. Maiolo: 86–104. Routledge.

Shamim, Sarah. 2025. “How has Iran managed to pierce through Israel’s air defence systems?” *Al-Jazeera* (Junho). www.aljazeera.com/news/2025/6/18/how-has-iran-managed-to-pierce-through-israels-air-defence-systems.

Shifrinson, Joshua R. Itzkowitz. 2018. *Rising Titans, Falling Giants: How Great Powers Exploit Power Shifts*. Londres: Cornell University Press.

Soage, Ana Belén. 2018. “Irak y Yemen: ¿ nuevos satélites de Irán?” *Boletín IIEE* 10: 691–706.

Stone, John. 2012. "Conventional deterrence and the challenge of credibility". *Contemporary Security Policy* 33, no. 1: 108–23.

Tammen, Ronald L., Jacek Kugler e Douglas Lemke. 2017. "Foundations of power transition theory". In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*.

UCS; Satellite Database. 2023. Union of Concerned Scientists (Maio). www.ucs.org/resources/satellite-database.

Vasquez, John A. 2009. *The war puzzle revisited*. Cambridge University Press.

Waltz, Kenneth. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Wirtz, James J. 2018. "How does nuclear deterrence differ from conventional deterrence?" *Strategic Studies Quarterly* 12, no. 4: 58–75.

O PAPEL DA DISTRIBUIÇÃO DE CAPACIDADES
 NA RADICALIZAÇÃO DO CONFLITO IRÃ – ISRAEL:
 UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DA TRANSIÇÃO DE PODER

RESUMO

As escaladas militares entre Teerã e Tel-Aviv, entre abril e outubro de 2024, e novamente em junho de 2025, representam uma clara radicalização do conflito entre os dois Estados acerca do ordenamento regional do Oriente Médio. O presente artigo tem como objetivo analisar a disputa Irã – Israel a partir das perspectivas teórica e metodológica da Teoria de Transição de Poder, denotando o papel das transformações na distribuição de capacidades econômicas e militares entre os beligerantes como fator determinante de suas posturas recentes. Tanto a belicosidade recente de Israel quanto as retaliações iranianas são teorizadas aqui como resultados do início de uma dinâmica de paridade de capacidades entre os dois Estados, que apresenta novas demandas securitárias para as lideranças dos países beligerantes e torna mais provável a eclosão de novos conflitos na região.

Palavras chave: Irã; Israel; Transição de Poder; Segurança Internacional.

ABSTRACT

The military escalations between Tehran and Tel-Aviv between April and October of 2024, and again in June of 2025, represent a clear radicalization of the conflict between the two States over the regional order of the Middle East. The present article has as its objective analysing the Iran – Israel conflict based on the theoretical and methodological perspectives of the Power Transition Theory, denoting the role of changes in the distribution of economic and military capabilities as a determining factor in their recent postures. Both Israel's aggressiveness and the Iranian retaliations are theorized here as results of the outset of a dynamic of parity of capacities between the two States, that presents new security demands to the leadership of the beligerent countries and makes the advent of new regional conflicts more likely.

Key-words: Iran; Israel; Power Transition; International Security.